

Jean Pierre Chauvin

ANTICOLONIALISMO

RESUMO:

Neste artigo, apresentam-se diversas acepções do termo “Anticolonialismo” que levam em conta aspectos culturais situados espacialmente e vinculados a diferentes contextos históricos. A palavra diz muito sobre as diferentes mentalidades e aos modos como o conceito foi empregado ao longo dos tempos.

Palavras-chave: Anticolonialismo, História, Cultura.

* Professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo São Paulo.

ANTICOLONIALISMO

RESUMEN:

Presentamos, en este artículo, diferentes significados del término “anti-colonialismo” que se refieren a los aspectos culturales espacialmente localizados y vinculados a diferentes contextos históricos. Esta palabra dice mucho sobre las diferentes mentalidades y formas en que el concepto se aplicó al largo de los tiempos.

Palabras clave: Anticolonialismo, Historia, Cultura.

ANTI-COLONIALISM

ABSTRACT:

In this article, different meanings of the term “anti-colonialism” are presented, considering cultural aspects spatially located and linked to their different historical contexts. This word brings pieces of information about different mentalities and ways in which the concept was applied along the time.

Keywords: Anti-colonialism, History, Culture.

ANTICOLONIALISME

RÉSUMÉ:

Cet article présente divers significations du terme “Anticolonialisme” qui prendre en considération les aspects culturels situés spatialement et liés aux différents contextes historiques. Le mot parle beaucoup sur les différents mentalités et sur les modes comme le concept à été employé au fil du temps.

Mots-clés: Anticolonialisme, Histoire, Culture.

PALAVRA DE SENTIDO abrangente e com múltiplas acepções, o Anticolonialismo consiste em um misto de sentimentos, reflexões, posturas e atitudes que envolvem os indivíduos interessados em estudar, relativizar, questionar e especialmente resistir ao estatuto colonial, tendo em vista determinado(s) território(s) (estados, países, nações), tribos e povos, localizado(s) histórica e espacialmente.

O prefixo *Anti* denota claramente uma postura que visa a contrabalançar certos termos ainda correntes na historiografia oficial com valor aparentemente positivo, a exemplo das palavras *descoberta*, *conquista*, *conversão*, *colonização* – como salientava o historiador Pierre Chaunu em 1969.

Dentre os pressupostos defendidos por seus adeptos, impera uma percepção evidentemente negativa dos métodos de aculturação, em que pesem os discursos de feição ideológica, os massacres e guerras empreendidas ou provocadas por determinados povos ou reinos, em prol da ampliação de domínios e acumulação de territórios, escravos e bens.

Sabe-se que o conceito de *colônia* é sobremodo amplo, tanto em termos históricos quanto em seu arcabouço religioso, artístico e cultural. Ele pode se referir a uma série de linguagens e atos perpetrados, não exclusivamente sob o arbítrio dos seres ditos humanos. Na Zoologia, por exemplo, com frequência menciona-se a existência de colônias constituídas de vírus, fungos, insetos e animais em geral. Na Agricultura, o termo costuma definir grupos de atividade coletiva, autogeridos pelos membros que os compõem. De todo modo, o termo ganhou novas acepções com o passar dos tempos.

Nas últimas décadas, tem sido frequente o emprego da palavra *colônia* como referência específica a determinados locais onde um grupo de profissionais descansa durante os feriados e demais períodos de recesso. Daí ter se tornado comum o uso do termo em um sentido mais particular, e neste caso positivo, aferido por determinadas associações, instituições, agremiações ou sindicatos: as denominadas colônias de férias.

Para a Geopolítica, o termo *colonialismo* também diz respeito aos movimentos de segregação praticados

ao longo da história, já que envolvem a dominação, exercida por meio da norma, da sanção e da violência. O pensador árabe Edward Said (1935-2003) tornou-se mundialmente conhecido por mostrar como o homem oriental tinha uma percepção – de si mesmo e de sua cultura – a partir de critérios, valores e interesses do Ocidente. Dentre as lutas contra a aculturação e segregação, deve-se salientar a implantação e manutenção do *Apartheid*, na África do Sul, pelo menos entre 1948 e 1994.

No Brasil, os preconceitos de classe, etnia, orientação sexual e credo foram e continuam sendo potencializados pelas diversas formas de segregação social – traduzida, por Cristovam Buarque, como *apartação*. No que diz respeito ao estudo das mentalidades e sociedades – tendo em vista os aportes da ciência, da filosofia, das artes e das descobertas feitas na era moderna – a partir do século XVI, a palavra *colônia* assumiu um tom frequentemente pejorativo, em especial quando nas mãos do estudioso que se concentra no estatuto de subserviência, exploração e aculturação de determinada comunidade, estado ou país, submetido a outra nação e matriz colonizadora, sob o signo das variadas formas de violência.

Nesses casos, o adepto do Anticolonialismo nega aos países invasores o papel positivo de pioneiros, desbravadores, guerreiros ou conquistadores. Não se pode desconsiderar o fato de que, exceção feita a alguns países, reis e papas estabeleceram rígidos consórcios tendo em vista a colonização e catequese dos povos bárbaros, desde a Idade Média. Tomando por base o monumental estudo a respeito da evangelização dos povos do novo mundo – levada a termo pelo menos desde o final do século XVI –, o cardeal alemão Joseph Höffner descortinou a mentalidade de alguns dentre os homens mais poderosos daqueles tempos.

Inspirados pelas Escrituras e pelas obras de Santo Agostinho, diversos foram os eclesiásticos a defender o caráter universalista da religião católica. Mencionem-se o Papa Gregório, no século XI, que defendia o imperador como ocupante de cargo eclesiástico. No século XII, o cônego Hugo de Saint Victor, que alçava o poder espiritual acima do poder terreno. Naquele tempo, o papa Inocêncio III considerava-se autêntico representante de Cristo na Terra e, como tal, legítimo imperador

dos mundos espiritual e temporal. Estes pensamentos persistiram ao longo do século XIV, como se vê nos tratados deixados por Antonino, bispo de Florença; Bartolus, professor de Direito Romano em Perúgia; o eremita Aegidius Romanus, reconhecido seguidor de São Tomás de Aquino; Bonifácio VIII, autor da bula *Unam sanctam*, em que reafirmava o pressuposto de que a cristandade teria apenas uma cabeça; o franciscano espanhol Alvarez Pelayo, que considerava o papa como um monarca eclesiástico.

As teses em defesa do domínio político e metafísico da Igreja foram corroboradas por muitos outros pensadores, dentre os quais o italiano Thomasio Campanella, já no início do século XVII. Especificamente na relação bilateral entre Portugal e Brasil, denomina-se período colonial aquele que compreendido oficialmente entre 1500 e 1808; ou seja, localizado entre a descoberta da futura província da Bahia, em abril de 1500, ao notável episódio histórico em que ocorreu a transferência de milhares de cortesãos para o Brasil, por ocasião da fuga portuguesa às tropas comandadas pelo Capitão francês Junot, sob as ordens de Napoleão I, no início do século XIX.

Durante mais de três centúrias, nosso país – inicialmente conhecido como Ilha de Vera Cruz (1500) e, a partir de 1501, Terra de Santa Cruz –, assistiu à violenta miscigenação entre brancos, índios e negros, dando início a nossas cinco regiões étnicas, conforme ilustram os estudos do antropólogo Darcy Ribeiro. O território que, no futuro, corresponderia ao Estado do Brasil – desde muito antes da anexação do Estado do Grã-Pará e Maranhão, em meados do século XVIII, e a reconquista do Acre, em 1903 –, foi maciçamente colonizado por portugueses, espanhóis, holandeses e franceses, tendo sido mentalmente povoado ao longo de sua história por atos e sentimentos ambíguos, inclusive da parte dos europeus que para cá vieram, instalaram-se ou que aqui nasceram.

A escravização de índios e negros é um dos mais violentos sintomas que se revelam aos olhos de quem se aproxima de certos episódios de nossa história. Sob esse aspecto, o Anticolonialismo implica uma linha de pensamento que apresenta veementes objeções ao estatuto colonial, seja ele situado no século XVI, seja ele percebido como fenômeno contemporâneo; esteja ele

ligado a determinado período de nossa história ou relacionado à vida cotidiana de nossos dias.

Para o Anticolonialista em geral, determinadas fases de nossa história não foram totalmente superadas. Ao lado disso, os adeptos dessa corrente analisam o nosso tempo tendo em vista a cultura *pop* e o período pós-moderno, sob o pressuposto de seu atrelamento a determinadas características e trejeitos provincianos – encarados como resquícios de um passado nem tão remoto.

Segundo os geógrafos e economistas, desde meados do século XX, assistimos ao chamado pós-colonialismo, que estaria diretamente ligado ao conceito de imperialismo, nos moldes do conjunto de medidas adotadas pelos Estados Unidos da América, em relação aos demais países, e não exclusivamente os latino-americanos. No Brasil, aderir ou adotar a postura anticolonialista implica a aproximação com pelo menos duas vertentes: uma que considera os traços predatórios como raiz cultural a vigorar sob o signo dos costumes, da política e da religião, com mais força durante o período colonial propriamente dito – situado entre o século XVI e o XIX. Outra, que se manifesta contrariamente ao papel do país em nossos dias, diante dos avanços e recuos das demais nações, com implicações em nossa cultura, política e economia.

É também nesse sentido que a contracultura, oriunda dos países estrangeiros na década de 1960, serviu-nos de revestimento, estofa intelectual e artístico, como se percebe nos primórdios elétrico-acústicos da MPB (Música Popular Brasileira) e na intelectualidade nacional da década de 1970. A contestação dos valores aceitos como tradicionais e estáveis de nossa cultura tem suas origens ainda nos tempos de colonização lusitana, mas prosseguiram ao longo dos tempos, até o advento do Romantismo nacionalista, na primeira metade do século XIX; voltou à tona durante o Modernismo de 1922 e ganhou projeção internacional com a poesia concreta, protagonizada por Décio Pignatari e pelos irmãos Augusto e Haroldo de Campos, na década de 1950.

Como salienta o filósofo Raymond Williams, em termos antropológicos, o vocábulo *colônia* liga-se a outros conceitos dos mais relevantes em sentido lato: *civilização* e *cultura*. Ambas as palavras caminharam e evoluíram solidariamente, sob a perspectiva de que

determinados povos em estágio adiantado supusessem portar o direito natural, político e divino de repartir e conquistar as terras e riquezas de outrem, localizadas para além de seus domínios, a exemplo do que aconteceu durante a era das grandes navegações.

É o que se constata ao tomar contato com a série de bulas papais e tratados reinóis firmados entre os diferentes países europeus, ainda no século XIV, a exemplo do Tratado de Tordesilhas, assinado na Espanha em 1494. Palavra de signo positivo, o *desbravamento* de territórios do chamado novo mundo quase sempre foi justificado por critérios de teor salvacionista e forte cunho expansionista. Fé e mercantilismo implicaram, quase sempre, na lógica una e etnocêntrica dos europeus, em que o *outro* (o bárbaro, o selvagem, o canibal, o escravo) era considerado um ser naturalmente inferior, com reflexos em sua língua manca ou defeituosa, os modos rudes e as crenças simplórias: “gentes bestiais”, sentenciou Caminha..

Aos olhos dos colonizadores, tratava-se de seres esquivos, pecaminosos e de personalidade inconstante que viviam em inexorável e indelével soma de erros, condenáveis tanto pela religião quanto pelos bons costumes. Afinal, as tribos ignoravam a santa palavra de deus e, portanto, estavam a necessitar – há tempos imemoriais –, do pronto socorro da fé e das doses cavaleares de uma civilização revestida de máximas arbitrariedades, a justificar violências na forma dos atos e da linguagem. Proclamando-se como homens superiores – brancos, católicos e civilizadores –, os europeus portavam-se falaciosa e hipoteticamente, como se estivessem a atender uma demanda inconsciente do gentio com que tomavam contato – índios, nativos, aborígenes. No Brasil, desde os primórdios de nossa colonização pelos brancos, no século XVI, civilizar-se tornou-se sinônimo de preservar ou simular origens nobilitantes; equiparar-se aos hábitos dos povos europeus – imitando-lhes os acentos na fala, os trejeitos do mando superior, reproduzindo crenças e pensamentos advindos ou importados das matrizes além-mar.

No entanto, e apesar de termos assistido aos reinos algo contraditórios (talvez porque conciliatórios) de D. Pedro I e II, alguns aspectos da matriz colonial persistiram durante a República Velha dos coronéis latifundiários; estenderam-se ao longo da República

Nova getulista e ainda se fazem notar em determinados capítulos de nossa história, ao longo do século XX, com ecos no XXI, inclusive.

O antropólogo e sociólogo Gilberto Freyre (1933) notou que o mando era um traço comum a quase todo brasileiro – rico, remediado ou alforriado – enquanto durou a escravatura. Pedro Calmon (1935) salientou diversos aspectos constitutivos de nossa personalidade miscigenada e de matrizes lusitanas, em que prevalecia o espírito localista e o desvario do enriquecimento rápido, especialmente em função do ciclo do ouro. Sérgio Buarque de Holanda (1936) observou a preponderância e permanência do traço personalista entre nós, feito estopim: moto contínuo a induzir a velha confusão entre a esfera pública e a privada. Dante Moreira Leite (1954) percebeu traços paradoxais, perversos e de fachada nas relações entre os brasileiros, ainda vigentes em pleno século XX. Raymundo Faoro (1958) sinalizou, como poucos, a confusão de poderes durante a fundação e manutenção das vilas do Brasil, no século XVI. Evaldo Cabral de Mello (2009) salientou o fato de termos herdado dos portugueses o autoritarismo, o gosto pela fofoca e a indiscrição, desde os tempos em que a província de Pernambuco recebeu maior atenção de holandeses e portugueses, entre os séculos XVII e XVIII. Roberto DaMatta (1977) revelou a confusão de papéis dos homens que passaram a disputar os espaços públicos e particulares na esfera urbana, durante o século XIX.

O pesquisador estadunidense Stuart Schwartz revelou – em apurado estudo publicado em 1973 –, os modelos e modos de funcionamento do gigantesco aparato burocrático que respaldava as vagarosas e esparsas comunicações entre a Coroa e sua principal colônia. Estudar a identidade luso-brasileira é uma constante nos estudos a respeito de colônia. Fato digno de nota, o gradativo abandono dos modelos europeus, principalmente a partir do final do século XIX, não resultou em nossa efetiva emancipação cultural e política. Pelo contrário, a primeira constituição republicana brasileira, assinada em 1891, propunha uma nova denominação do país. Colados ao modelo da jurisprudência em vigor nos Estados Unidos da América – país com que passávamos a alimentar estreitas relações culturais, políticas

e econômicas desde o final do século XIX –, decidimos nos auto-intitular como os Estados Unidos do Brasil. A denominação não era gratuita: aludia ao processo histórico de anexação de territórios, que aqui tivera lugar ao longo dos séculos precedentes.

Além disso, escorava-se no espírito de coloração federalista-positivista-conservadora que dividiu civis e militares, tendo motivado muitos e acalorados debates, já em andamento durante os dois reinados, como revelam as discussões levadas a termo no antigo Senado Imperial. Analisando os pressupostos defendidos e colocados em prática pelos europeus (a guerra justa, cunhada e defendida pelo teólogo espanhol Ginés Sepúlveda, em meados do século XVI, a justificar a catequese e mortandade dos indígenas resistentes à palavra da conversão; a expansão territorial e de caráter exploratório nos moldes latifundiários; a fusão entre a Igreja e o Estado, reiterada pelas leis do reino e bulas papais; a manutenção do regime escravocrata, como propulsor e estabilizador da economia), chega-se à conclusão de que os terrenos mais amplos e férteis para a civilização europeia resultaram de conluios político-religiosos, ao longo dos séculos.

O modelo de civilização outorgada pelo homem branco era precedido pela aculturação dos povos conquistados – fossem eles procedentes de tribos da costa oeste, na África continental; fossem indígenas do extenso litoral brasileiro. Muito mais recentemente, em especial desde a década de 1950, alguns grupos de intelectuais, jornalistas, pensadores, teólogos, historiadores, políticos e pesquisadores têm reiterado o papel de subserviência que o Brasil ainda cumpre, nas relações que estabelece com os demais países, particularmente os Estados Unidos e a Europa.

Oscilando entre ideologias que se posicionam entre livre-mercado, o estado mínimo, o bem-estar social e a intervenção estatal, o Anticolonialismo encontra muitas e sensíveis divergências de uma parte a outra. Ele ora é evocado de maneira a ornar as premissas que presidem o discurso dos defensores do neo-liberalismo; ora é lembrado por aqueles que lutam por um estado mais forte e atuante. De modo geral, o Anticolonialismo agrega homens de orientações políticas divergentes, mas que comungam da mesma recusa:

não aceitar a vigência do *colonialismo*, algo que assola a indústria nacional e o mercado agro-exportador.

Trata-se de sujeitos ressabiados frente à conhecida fórmula levada às alturas do ufanismo pseudo-nacionalista em voga na década de 1970. O alerta também era feito, àquela altura, pelo jornalista uruguaio Eduardo Galeano: a exemplo dos demais países latino-americanos, vivíamos a exportar matéria-prima para os países auto-denominados desenvolvidos a um custo desproporcional em relação aos produtos que nós mesmos deles importávamos.

O Anticolonialismo também diz respeito à substituição de modelos culturais estrangeiros por representações e manifestações culturais genuinamente nacionais. Em parte, decorre daí o cultivo de obras artísticas em palavra, imagem, sabor e espírito brasileiro (música, cinema, teatro, literatura). Dentre essas propostas, destaca-se a celebração de datas como forma de resgatar e preservar o nosso folclore (o dia do Saci é um notável exemplo), em lugar e detrimento das festividades importadas, sobremodo distantes de nossa cultura e alheias a nossas demais prioridades.

BIBLIOGRAFIA

- BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina – Volume I: América Latina colonial*. 2a ed. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 2012.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CALMON, Pedro. *História social do Brasil: Volume 1 - Espírito da sociedade colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CHAUNU, Pierre. *Conquista e exploração dos novos mundos: século XVI*. Tradução: Jordino Assis dos Santos Marques; Maurílio José de Oliveira Camello. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1984.
- COSTIGAN, Lúcia Helena (Org.) *Diálogos da conversão*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2005.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3a ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d. [1933]

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução: Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GREGORY, Derek *et alii* (Editors). *Dictionary of human geography*. 5th Edition. West Sussex (UK); Malden (USA): Wiley-Blackwell, 2009.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão; Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

HÖFFNER, Joseph. *Colonização e evangelho: ética da colonização espanhola no século de ouro*. Trad. José Winiewski Filho. 3A ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. (Dir.) *História geral da civilização brasileira I: a época colonial*. 3a ed. São Paulo: Difusão

Europeia do Livro, 1968.

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. Tradução: Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 3a ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOUSNIER, Roland. *História geral das civilizações: os séculos XVI e XVII: 1o volume – os progressos da civilização européia*. Tradução: Vítor Ramos; Jacob Guinsburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.

PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial – 1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2013.

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

SAID, Edward. *O Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. Tradução: Berílio Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SLEMIAN, Andréa *et alii*. *Cronologia de História do Brasil colonial (1500-1831)*. São Paulo: Departamento de História da FFLCH, USP, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros: para além do choque de civilizações*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. (Dir.) *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

O AUTOR

Jean Pierre Chauvin é professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo São Paulo. Mestre e Doutor em Teoria Literária pela FFLCH (USP), onde também desenvolveu seu projeto de pós-doutorado em torno do romance *Quincas Borba*, de Machado de Assis. E-mail: tupiano@usp.br